

REFLEXÕES SOBRE UMA AGENDA COMUM DE PESQUISA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E À CULTURA POLÍTICA

Lucas Pereira Rezende¹

Resumo

O presente artigo tem uma proposta eminentemente teórica, de discussão de duas das principais correntes da ciência política: teoria da escolha racional e cultura política. Através de uma análise epistemológica, busca-se encontrar uma agenda de pesquisa comum entre essas correntes, em princípio, concorrentes. Discute-se temas como os diferentes conceitos de racionalidade humana e, identificada uma necessidade que os estudos de Escolha Racional têm que enfrentar para se tornarem empiricamente mais relevantes, nossa proposta nesse artigo é que a Cultura Política pode trazer a lacuna que a Escolha Racional tem, a fim de complementá-la, e que uma não quer dizer a eliminação da outra.

Palavras chaves: Teoria da Escolha Racional; Cultura Política; Teoria Política; Ciência Política

Abstract

The current article has an essentially theoretical proposal, discussing the two most important approaches in the political science field: the rational choice theory and the political culture. Through an epistemological analysis, it aims to find a common research agenda between these approaches, at first, taken to be competitors. It is discussed themes as the different concepts of human rationality and, identified the need on the rational choice studies to become more empirically relevant, our proposal is that the political culture approach can fulfill this gap on the rational choice, by completing its analysis, what means both approaches are complementary, not necessarily annulling each other.

Keywords: Theory of Rational Choice; Political Culture; Political theory; Political Science

Introdução

Realizar debates teóricos são sempre arriscados, devido às dificuldades inerentes em comparar diferentes programas de pesquisa. Contudo, em especial nas ciências humanas, o debate sobre e o desenvolvimento de novas teorias é o motor da disciplina. Ainda que parte significativa das obras na área estejam, recentemente, esquivando-se de aprofundar em novas propostas teóricas (MEARSHEIMER; WALT, 2013), vimos aqui

¹ Doutorando em Ciência Política (UFRGS), Professor de Relações Internacionais (FACAMP), Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (PUC Minas), pesquisador da Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa e Regimes Políticos (RIPPERP).

uma chance de reabrir uma importante lacuna para a aproximação entre as disciplinas teóricas da Ciência Política e das Relações Internacionais. Essa aproximação, sugerimos aqui, pode ser maior quando voltamos às bases dessas disciplinas. Nossa proposta nesse artigo, longe de chegar a uma resposta final, é provocar um debate teórico aproximando as abordagens da Escolha Racional e da Cultura Política, através da identificação de aproximações dessas agendas de pesquisa.²

A Teoria da Escolha Racional é parte fundamental das ciências humanas. Além de ser parte do paradigma dominante da microeconomia, é uma das principais correntes analíticas na Ciência Política. É, também, referência forte para a abordagem Realista nas Relações Internacionais. De origem comportamentalista, uma vez que analisa o papel do indivíduo, a Escolha Racional³ tem como suposto básico que o comportamento do indivíduo sempre vai buscar agir de forma a maximizar seus ganhos individuais. Os custos da decisão são dados externos ao indivíduo, ou seja, não é da proposta da Escolha Racional analisar as motivações psicológicas internas do indivíduo. De forma geral, a principal premissa é que, dadas certas preferências estáveis e imutáveis e sob determinados constrangimentos, o indivíduo escolherá aquela opção que lhe traga o melhor retorno, através da análise de custo/benefício de cada preferência. Pela analogia direta do comportamento econômico, onde o indivíduo escolherá o produto mais útil ao menor preço, a Escolha Racional é entendida como reflexo da microeconomia nas outras formas de comportamento humano. De maneira geral, a Escolha Racional adota o individualismo metodológico como método científico, o que significa dizer que comportamentos coletivos são o resultado de diversos comportamentos individuais, não havendo espaço para o papel das instituições (GREEN, 2002).

A Cultura Política, por sua vez, não é uma teoria, mas um conjunto de dados que permite a construção de teorias (ALMOND, 1980). Também de origem comportamentalista, a Cultura Política pode ser entendida como as variáveis intervenientes que afetam o comportamento político. Diferentemente da ideologia, onde pode haver discordância, a Cultura Política tem um caráter de paradigma, ainda que ela

²Agradecemos as profícuas contribuições e comentários feitos acerca desse artigo pelo Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González. Assumimos, contudo, total responsabilidade quanto ao conteúdo apresentado.

³A fim de se evitar repetições e confusões, Escolha Racional será grafada com letra maiúscula quando se referir à teoria. Quando se referir ao substantivo e seu adjetivo, será grafado em minúscula.

possa se alterar ao longo do tempo. Segundo Bill e Hardgrave (1973), as principais definições de Ciência Política são de: Gabriel Almond, na qual ela é a atitude com relação ao sistema político e quanto ao papel do *eu* no sistema; Sidney Verba, sendo o que provém a orientação subjetiva à política; e Lucian Pye, representando a manifestação das dimensões psicológica e subjetiva da política. Almond e Verba descrevem 3 tipos de orientação política: (1) orientação cognitiva, *inputs* e *outputs* do conhecimento no sistema político; (2) orientação afetiva, sentimentos sobre o sistema político; e (3) orientação avaliativa, que envolve padrões e critérios de avaliação com informação e o sentimento quanto ao sistema político. Os objetos políticos seriam divididos, segundo esses mesmos autores, em (1) estruturas ou papéis específicos, (2) os incumbidos aos papéis, e (3) políticas, decisões ou coação de decisões de um público em particular. São, então, construídos 3 tipos de cultura política: paroquial, sujeita e participativa (BIIL & HARDGRAVE, 1973).

Embora ambas bebam no comportamentalismo, as duas correntes acabam por não dialogar de maneira consistente em suas abordagens teóricas e analíticas. Há um caminho convergente entre as duas abordagens, a partir de seus usos na Ciência Política, ou elas são necessariamente concorrentes? Esse artigo buscará responder à pergunta anterior fazendo uma breve descrição teórica da Escolha Racional e da Cultura Política, a fim de identificar suas principais características e se há a possibilidade de um diálogo teórico entre ambas. Nossa proposta é demonstrar que existe campos de interseção entre ambas as abordagens, e que a construção de uma teoria que traga contribuições de ambas as perspectivas não é impossível.

Para tanto, esse artigo será dividido em quatro seções. A primeira buscará discorrer sobre o Comportamentalismo Político e as implicações analíticas e metodológicas dessa abordagem tanto para a Teoria da Escolha Racional, seção dois, quanto para a Cultura Política, terceira seção. Por fim, encerraremos com as considerações finais, onde buscaremos os pontos de convergência entre as duas abordagens e sugeriremos uma agenda de pesquisa teórica que una ambas as abordagens.

O Comportamentalismo Político

Também chamado de Behaviorismo Político, o Comportamentalismo Político parte do suposto “óbvio [...] que tudo o que comumente chamamos de político é dependente do comportamento de seres humanos, tanto individualmente quanto como membros de uma classe ou grupo” (JAROS & GRANT, 1974, p. 5). Logo, as leis, por exemplo, não teriam validade alguma se não fossem obedecidas ou desobedecidas por seres humanos, que optam por se subjugar a elas ou não. O pensamento é válido também para instituições. Jaros e Grant (*idem ibidem*) dão o exemplo da Suprema Corte. Ao se dizer que a Suprema Corte deliberou sobre determinado tema, isso quer dizer que indivíduos específicos, os juízes, tiveram determinado comportamento ao dar seu julgamento. O próprio conceito de poder de um Estado só pode ser exercido na prática se o comportamento de um indivíduo demandar a construção de exércitos, compra de armas ou uso ofensivo da força contra outrem.

A origem do Comportamentalismo Político remonta tanto a pensadores clássicos quanto a políticos. Platão já valorizava o comportamento do indivíduo no exercício da política. Segundo ele, se o indivíduo fosse educado de maneira adequada, ele seria dócil e previsível. Hitler também fez uso da lógica comportamentalista ao afirmar que se uma propaganda for repetida o suficiente, as pessoas vão passar a acreditar nela (*idem*, p. 6). Os autores afirmam que o termo Comportamentalismo Político seria redundante, uma vez que tudo o que se trata de político é necessariamente comportamentalista. “Todos os estudantes de política são comportamentalistas políticos” (*idem*, pp. 6-7). O Comportamentalismo Político é, portanto, uma abordagem que busca enfatizar que todo fenômeno político é um fenômeno que depende de atos humanos.

Polsby, Dentler e Smith (1963) apresentam cinco tipificações sobre cientistas políticos. Eles poderiam ser classificados em teólogos políticos, historiadores políticos, engenheiros políticos, memorialistas políticos e comportamentalistas políticos.

Os pontos de diferenciação dos comportamentalistas para os demais tipos de cientistas políticos seriam também cinco: (1) a questão fato-valor. Haveria duas tradições no estudo da política: a do fato (comportamentalistas) e a do valor/moral (teólogos). Na parte de metodologia, essa diferença seria percebida na oposição entre o

empiricismo (comportamentalistas) e intuicionista (teólogos, engenheiros). O valor é importante, mas o trabalho fático traz valor científico. O comportamentalista deveria, assim, evitar o julgamento de valor, pois ele pode prejudicar a habilidade observacional; (2) generalizações e especificidades. O conhecimento não deve ser inútil, ele deve servir à ciência. Ele pode servir a uma generalização (comportamentalistas) ou a casos específicos (historiadores, memorialistas). Somente a generalização contribui para a indução e a lógica, levando à capacidade de predição; (3) explicação e descrição. Ainda que se faça generalizações, há exceções. O comportamentalismo é mais explanatório do que descritivo. As exceções servem para mostrar que há ainda muitas lacunas no conhecimento das generalizações de causa e efeito, e que outras causas devem ser procuradas; (4) aprendizado X descoberta. O estudante comportamentalista deve ser guiado não pelo aprendizado do que já foi feito, mas adicionar novas descobertas ao que já se sabe, evitando a passividade do conhecimento; (5) análise e substância. O comportamentalismo seria muito mais uma abordagem ao estudo da política do que uma matéria em si, podendo ser encaixado em outras disciplinas da Ciência Política.

Criado como oposição ao método de introspecção, o comportamentalismo proporcionou à academia um aprofundamento do rigor científico, através do método de observação e descrição do comportamento. Seu proponente foi o psicólogo John B. Watson, que afirmava que a psicologia deveria se preocupar não com a mente ou a consciência, mas com o comportamento do indivíduo, a fim de estudá-lo assim como ratos e macacos, retomando os famosos estudos de condicionamento animal de Pavlov. A sequência do rigor científico se deu com B. F. Skinner, que ficou famoso ao testar em laboratório as proposições de Watson. Rejeitando a proposta de Watson, Skinner afirma que os indivíduos não são apenas reflexo e condicionamento, mas que, além de responderem também ao ambiente, eles interagem nesse ambiente a fim de produzir determinadas consequências (DEMAR, 1989).

Ainda que tenha surgido no campo da psicologia, o impacto nas demais áreas da ciência foi forte o suficiente para ser chamado de *a Revolução Comportamentalista*⁴. A

⁴ Um dos grandes responsáveis por cunhar o termo, Herbert A. Simon, trinta anos depois, fez um *mea culpa*. Simon (1985) afirma que não houve uma revolução comportamentalista, e que o que eles estavam fazendo nada mais era do que uma continuidade, e não uma ruptura. Ainda que possa não ser uma ruptura

referência do indivíduo como ser terreno, cujas explicações todas estão não na alma, mas na realidade das leis naturais, foi essencial para a compreensão que o homem nada mais é do que um ser que responde aos condicionamentos. Skinner chega a afirmar que “o comportamento é simplesmente parte da biologia do organismo” (SKINNER *apud* DEMAR, 1989, s/p). Fato é que a observação se tornou, a partir de então, chave para a compreensão científica nas ciências humanas, sendo o comportamentalismo o elo metodológico de união com as ciências naturais. Só os fenômenos que pudessem ser observados e replicados poderiam ser tomados como científicos. A generalização da explicação só poderia vir da repetição das observações feitas e analisadas previamente. Esse é o chamado modelo positivista, e tem Comte como um de seus mais proeminentes autores.

Contudo, diferentemente das ciências naturais, que buscam explicação de comportamentos não-decisórios, as ciências sociais buscam a explicação de comportamentos decisórios. Quando se estuda plantas e animais, estuda-se comportamentos não decisórios, tomados como reflexo ou comportamento inato. No caso de humanos, reflete-se sobre ações humanas, o que por si só traz um grau de incerteza à equação analítica. Também relevante é o fato que as pesquisas nas ciências humanas podem afetar as próprias ações estudadas, criando uma circularidade que não se vê nas ciências sociais (GERWIN & YESNOWITZ, 2006).

Essas considerações sugerem que pode não ser possível praticar a pesquisa social baseando-se unicamente no livro da natureza como nosso guia. Ações de qualidade tão irregular são improváveis de acontecer em um pacote limpo e organizado (também conhecido como teoria geral); ademais, teorias altamente abstratas são improváveis de indicar quais são as questões interessantes, e, portanto, onde podemos mais proficuamente focar nossa pesquisa. Indiscutivelmente, as ciências humanas não são estruturalmente capazes do tipo de unidade paradigmática que caracteriza as ciências naturais (idem, p. 122).

Na ausência de um paradigma teórico para as ciências sociais, uma proposta busca, conceitualmente, suprir essa lacuna: a Teoria da Escolha Racional. Na prática,

no sentido khuniano, utilizaremos a expressão tal qual ela ficou marcada por sua contribuição na disciplina. A revolução comportamentalista pode ser marcada por quatro grandes características: (1) ênfase em metodologia nas análises quantitativas; (2) análises estatísticas de conjuntos de dados; (3) o reconhecimento que todo ato político envolve escolha ou decisão por parte de agentes específicos; e (4) a exploração direta de conceitos e descobertas provenientes de outras ciências sociais (PYE, 2006).

contudo, essa visão única acaba não acontecendo. A Escolha Racional vem no sentido de complementar a revolução comportamentalista, contribuindo para a metodologia ao apresentar como se estudar determinado problema. Ainda que não tenha resolvido o chamado *Dilema Empiricista*⁵, o impacto da Escolha Racional foi também bastante relevante para as ciências sociais. As ciências sociais continuam ainda, contudo, num debate entre realismo e utopismo (GERWIN & YESNOWITZ, 2006).

A Teoria da Escolha Racional

A teoria da Escolha Racional surgiu e teve grande impacto na academia dos Estados Unidos. Seguindo o sucesso metodológico da Economia, sociólogos e cientistas políticos procuraram adaptar a lógica da racionalidade econômica para os seus respectivos campos. Na Ciência Política, os maiores impactos foram nas áreas empiricamente orientadas, tais como estudos da política estadunidense, a Política Comparada ou as Relações Internacionais. De orientação positivista, opunha-se ao normativismo e buscou desenvolver teorias preditivas sólidas para as ciências sociais (FEREJOHN & PASQUINO, 2001). Tais teóricos tomaram por suposto que toda ação é racional⁶ em si mesma, e que os indivíduos⁷ calculam os prováveis custos e benefícios antes de optarem por uma ação específica. Diferentemente de outras abordagens⁸ que

⁵O Dilema Empiricista é justamente a amplitude de problemas e abordagens para analisá-los que enfrentam as ciências sociais. Segundo Gerwin e Yesnowitz, (2006, p. 124) “[d]entro da infinita variedade de fenômenos políticos disponíveis para a análise, quais devemos estudar? Quais inferências descritivas, causais e preditivas merecem atenção? Como, finalmente, devem tópicos e descobertas discrepantes serem integradas em uma disciplina coerente?”. Para maior discussão, ver Gerwin e Yesnowitz, (2006, pp. 124-32).

⁶Como racional, adota-se aqui a definição proposta por Ferejohn e Pasquino (2001, p. 7), que “um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos. Atos racionais maximizam preferências ou desejos, dadas determinadas crenças”.

⁷ Um ponto relevante sobre o uso da Escolha Racional é que ela não precisa ser restrita a indivíduos, a não ser na abordagem do individualismo metodológico. Simon (1955) já afirmava isso em seu trabalho seminal. Sua proposta é entender o agente racional como qualquer unidade capaz de tomar decisão. Ou seja, aplica-se tanto a indivíduos como a Estados, por exemplo. É a partir desse suposto que Kenneth Waltz (1979) descreve as relações internacionais e o comportamento do Estado no ambiente internacional. Para Waltz, o Estado racional age de acordo com a distribuição dos recursos que tem no sistema internacional anárquico.

⁸ Para abordagens alternativas, ver: WEBER, Max. *Conceptual Exposition*. In: ROTH, G. & WITTICH, C. (eds) **Economy and Society**. 1968; PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. New York:

tomavam diversas formas de motivação para a ação como suposto, a Escolha Racional nega outros tipos de ação que não a racional e calculada. O mesmo é também válido para as ações sociais, sendo também vistas como racionalmente motivadas, por mais irracionais ou não-rationais que pareçam (SCOTT, 2000).

O homem econômico da teoria clássica, diz Simon (1955), é racional na sua busca de ser econômico. Esse homem tem um conhecimento bastante grandioso, senão absoluto, do mundo ao seu redor, e presume-se ter um sistema estável e bem organizado de preferências, além de uma capacidade de calcular os cursos de ação alternativos que lhe são disponíveis, em uma escala de preferências. Simon já afirma que esse tipo ideal estava já sob revisão nos anos 1950. Outros autores, nessa mesma linha, ainda afirmam que a racionalidade pode ser tanto partilhada por seres humanos como por alguns animais; nesses casos, trata-se da chamada *racionalidade instrumental*⁹. Simon propõe que a noção de homem econômico deveria ser substituída por outra mais abrangente, que colocasse o tipo de comportamento racional em um tipo de capacidade analítica como a que os organismos têm. O autor afirma que o status de conhecimento da informação pode ser tomado como uma característica do tomador de decisão, assim como as características de seu ambiente. Tudo estaria interligado no momento da escolha racional.

A transição da Escolha Racional da Economia para a Ciência Política aconteceu com teóricos como Anthony Downs, George Stigler, Gordon Tullock, James Buchanan e Mancur Olson.

Para todos eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles (FEREJOHN & PASQUINO, 2001, p. 5).

Diversos elementos, portanto, são essenciais para a compreensão do modelo da Escolha Racional na Ciência Política: (1) o agente estará sempre procurando maximizar a sua utilidade; (2) existem constrangimentos, que fazem com que a escolha seja

McGraw-Hill. 1937; MANILOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge. 1922; e MAUSS, Marcel. *The Gift*. London: Routledge, 1966.

⁹Oriunda da Economia, trata-se de uma capacidade racional mínima, universalmente distribuída (FEREJOHN & PASQUINO, 2001).

necessária, colocando os *trade-offs* das diversas alternativas de escolha bastante explícitos; (3) deve-se levar em consideração as questões relativas ao ambiente da escolha; (4) a consistência das escolhas de agentes diferentes¹⁰; (5) a não ser em situações de exceção, deve-se partir do suposto que os resultados do *equilibrium*¹¹ são os encontrados no mundo real (GREEN, 2002).

Pela convergência com a micro-economia, os teóricos racionalistas demonstravam proximidade com o pensamento científico matemático. A tradução em números e em funções de utilidade acabou sendo uma marca forte dessa linha de pesquisa. Outra característica marcante é a adoção do *Individualismo Metodológico*, que significa que todo fenômeno social complexo pode ser explicado pelas ações individuais elementares das unidades que são compostos. Isso significa que “[a] unidade elementar da vida social é a ação do indivíduo humano. Explicar instituições sociais e mudança social é mostrar como elas surgem como o resultado da ação e interação dos indivíduos” (ELSTER, 1986, p. 13). O que motiva os desejos e interesses dos indivíduos são as suas preferências, que são formadas pelos constrangimentos e informações disponíveis nas condições sob as quais estão atuando. Como não é possível aos indivíduos ter tudo o que querem, eles devem também se decidir a respeito dos seus objetivos e o modo para alcançá-los, antecipando a ação e analisando o que é melhor para ele. Scott afirma que “a relação entre preferências e constrangimentos pode ser vista nos termos puramente técnicos da relação de meios para um fim” (SCOTT, 2000, s/p). Dessa forma, a escolha racional é aquela que trará a maior satisfação ao indivíduo.

A interação social é vista na Escolha Racional como um processo de trocas sociais, com uma variação nos custos e recompensas de cada ação. A recompensa, tangível ou não, depende da utilidade que tem para o indivíduo em questão. Ainda que possa variar de indivíduo para indivíduo, pode-se construir uma curva de utilidade para medir o valor dado pelos indivíduos, e que pode variar em função de variáveis como tempo e frequência para a realização da ação. Aliado à curva de preferências, vem a ameaça de punição ou recompensa de comportamento, influenciando positivamente ou negativamente a racionalidade da escolha. No caso das interações sociais, elas só

¹⁰Também muito referida na literatura como *equilibrium* (GREEN, 2002).

¹¹ Vide nota de rodapé anterior.

continuarão a partir do momento que são profícuas para todas as partes. Nesse ponto, é relevante trazer o dilema da ação coletiva¹².

A ação coletiva foi incorporada à Escolha Racional. Sempre que houver um aparato decisório que congregue as intenções individuais e formule uma política individual, pode-se falar de atores coletivos (SCOTT, 2000, s/p). O grande problema da ação coletiva é o dilema do caroneiro¹³: por que o indivíduo se agregaria a uma instituição sendo que ele pode receber os ganhos sem ter que lutar por eles? O ator racional individual, segundo os críticos, não teria incentivos para apoiar a ação coletiva. O indivíduo faria o cálculo que o valor de sua participação é alto, terá pouco peso efetivo no poder de barganha da instituição e optará por apenas receber os ganhos, quaisquer que sejam eles. O dilema é: se todos pensassem assim, ninguém participaria das instituições. Como resposta, Olson (1965) afirma que a ação coletiva é sustentada pelo que ele chama de *Incentivos Seletivos*. Tais incentivos alteram a distribuição de recompensas e punições, fazendo com que o dilema da ação coletiva seja resolvido. Ao monopolizar os recursos e excluir os não-membros, as instituições se tornam, então, uma opção para o ator racional. Ademais, podendo existir uma tipologia para categorizar o comportamento irracional, as instituições podem ser úteis para conformarem tal comportamento.

Ferejohn e Pasquino (2001) afirmam que, atualmente, a Escolha Racional é mais classificada como normativista do que como positivista, diferentemente da época em que surgiu. Isso se dá porque as evidências empíricas demonstraram que grande parte dos indivíduos não age exatamente como o indivíduo racional da teoria. Contudo, ainda assim, eles consideram a racionalidade como um peso importante na hora de suas escolhas e acabam, assim, se aproximando daquele indivíduo da Escolha Racional,

¹² Tal qual proposto por Olson (1965), o dilema da ação coletiva previa que os indivíduos optariam por não cooperar quando os bens coletivos pudessem ser providos sem a sua participação, apenas com o engajamento dos demais atores envolvidos. É um dilema porque, com todos os atores racionalmente pensando dessa forma, o resultado esperado seria um não provimento do bem devido a todos optarem por serem caroneiros (*free-riders*). Os indivíduos tenderiam a cooperar, contudo, quando o bem-coletivo fosse provido e distribuído apenas àqueles engajados.

¹³ Não confundir com o *dilema do prisioneiro*. Este prevê que a não-cooperação acontecerá devido ao ambiente de incerteza, quando não se sabe qual será o comportamento do outro jogador. Para o caroneiro da Teoria da Escolha Racional clássica, as informações são perfeitas, daí o suposto da racionalidade. Este não é o caso do dilema do prisioneiro. Para discussão mais aprofundada, ver Waltz (1979), que trata do comportamento das unidades sob a anarquia e não parte do suposto da racionalidade.

ainda quando não agem racionalmente. Ademais, as teorias normativas de política apóiam-se muito na racionalidade, motivo pelo qual a Escolha Racional foi avançando entre esses teóricos normativos. Segundo os autores, isso se dá por dois motivos:

[(1)] teorias normativas são endereçadas a agentes racionais, preocupados com a crítica de práticas correntes ou com o estabelecimento de novas; [...] [e (2)] a teoria normativa trata com (ou contém) sujeitos racionais ou inteligíveis, cujas ações podem ser entendidas ou talvez alteradas pela mudança do seu contexto institucional (FEREJOHN & PASQUINO, 2001, p. 6).

Contudo, mesmo ao se admitir a normatividade da Escolha Racional, deve-se ter em mente que ela está baseada em uma interpretação de racionalidade instrumental¹⁴, difusa e antirreducionista – retrato de sua origem microeconômica (GREEN, 2002). Concepções mais amplas de racionalidade, que valorizem mais as concepções éticas, buscadas por Ferejohn e Pasquino (2001) em Aristóteles, Rousseau e Hobbes, seriam, segundo os primeiros, menos vulneráveis a argumentos antirreducionistas.

Outro elemento importante, o desejo, fundamental junto com a crença para a escolha racional, é tido como pré-definido, e está ligado tanto a questões humanas mais profundas, como segurança ou sexo, quanto a questões sociais, morais ou mesmo arbitrárias. A crença, também pré-definida, está amparada na realidade concreta, e são constrangimentos físicos ou morais à ação. Na trilogia de desejo, crença e ação, apenas a ação é variável (FEREJOHN & PASQUINO, 2001).

A metodologia fundamental da Escolha Racional pode ser resumida em sete passos: (1) identificar os agentes relevantes e conjecturar supostos sobre seus objetivos; (2) identificar os constrangimentos enfrentados por cada um dos agentes; (3) identificar as regras de decisão do agente e como elas respondem de acordo com determinados tipos de mudança; (4) determinar as consistências das decisões de diferentes agentes e o equilíbrio do modelo; (5) determinar as previsões ou implicações do modelo; (6) analisar se as previsões são consistentes com a experiência de fato; (7) chegar a conclusões ou implicações a partir do ponto 6 (GREEN, 2002).

¹⁴ Segundo Andrade, Tolfo e Dellangelo (2012, p. 202), "racionalidade instrumental está pautada no cálculo utilitário das consequências, na busca do êxito econômico e do poder, ou seja, supõe-se que as ações das pessoas sejam direcionadas, basicamente, por incentivos econômicos, motivos utilitaristas, pelo alcance de maior ganho financeiro e de poder."

Apresentada a Teoria de Escolha Racional clássica, é necessário falar também das suas variações. Tendo se misturado, ao longo do tempo, à Teoria Institucionalista, a Escolha Racional acabou sendo adaptada e parte dela hoje está sob o guarda-chuva do chamado Neo-Institucionalismo. De forma geral, o indivíduo continua agindo de maneira racional, mas as instituições são vistas como instrumento para que esse objetivo seja atingido. As instituições acabam funcionando como sistemas de regras e incentivos ao comportamento onde os indivíduos buscam maximizar as suas utilidades – assim como na Escolha Racional clássica. Exponente dessa linha, Douglas North, convergindo com Herbert Simon quando ele diz que as pessoas colocam constrangimentos à ação para estruturar as trocas, afirma que procedimentos se desenvolvem para simplificar os processos de interação. Aqui, a própria concepção de instituição é bastante abrangente. North afirma que instituições são “qualquer forma de constrangimento que seres humanos inventam para moldar a interação humana. [...] São as regras do jogo sem os jogadores.” (NORTH, 1990, s/p). Os constrangimentos podem ser tanto regras formais quanto informais.

Green (2002) aponta diversas áreas onde houve desenvolvimentos consideráveis da Escolha Racional: (1) o aparecimento de modelos dinâmicos, em oposição à única escolha por vez apresentada pela teoria microeconômica; (2) a consideração da incerteza nos possíveis resultados, diferentemente do suposto clássico da certeza sobre os resultados; (3) a existência de informações incompletas, adaptando a realidade ao mundo ideal original onde o agente tinha conhecimento sobre tudo, ou quase tudo; (4) o comportamento estratégico, que acontece quando há poucos agentes e se trata do impacto mútuo das decisões dos agentes. Essa última vertente ficou mais conhecida como *Teoria dos Jogos*.

Feita a revisão teórica da Escolha Racional, a próxima seção fará uma breve revisão da Cultura Política, a fim de se contrapor, posteriormente, as duas vertentes analíticas da Ciência Política.

Cultura Política

De acordo com um de seus principais expoentes, uma das mais importantes características da Cultura Política é que ela não é uma teoria, mas um conjunto de dados

que possibilita a construção de teorias (ALMOND, 1980). De acordo com Bill e Hardgrave, o conceito de cultura política seria “um novo nome para o meio cultural onde o comportamento político acontece e ao qual está sistematicamente relatado” (BIIL & HARDGRAVE, 1973, p. 85).

O conceito de Cultura Política surgiu na década de 1960, a fim de descrever os fenômenos políticos partindo de concepções históricas, filosóficas, antropológicas, psicológicas e sociológicas, todas pelas perspectivas subjetivas da ciência (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999). Suas obras fundamentais são Tocqueville (1835) e Almond e Verba (1963), essa última referência contemporânea e original do termo. A Cultura Política é, conforme demonstrado por suas origens, assim como a Escolha Racional, um conceito multidisciplinar. Também originária do movimento comportamentalista, a Cultura Política desenvolvida a partir de Almond e Verba (idem) buscava trazer explicações de fenômenos sociais a partir de elementos subjetivos, tanto da elite quanto da sociedade analisada. Segundo Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227),

a noção de cultura política¹⁵ refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão origem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.

Adotando o conceito de Cultura Política como “a expressão do sistema político de determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população” (ALMOND & VERBA, 1963, p. 13), a obra desses autores está embebida em um cenário de dúvidas quanto à certeza do triunfo da democracia. Os movimentos fascistas surgidos após a Primeira Grande Guerra, o Comunismo, as ditaduras que eclodiam nos anos 1960, tudo isso serve de cenário. O objetivo dos seus proponentes, portanto, é discutir o papel da Cultura Política nos regimes democráticos, a fim de discutir o futuro da democracia no mundo. O novo conceito de Cultura Política proposto pelos autores é baseado na participação do cidadão comum na vida política; participação essa que pode se dar de diferentes maneiras, e acontecer tanto em regimes democráticos quanto em regime autocráticos. O processo de socialização é o grande foco de Almond e Verba

¹⁵ Itálicos originais dos autores.

(1963) para a definição do comportamento político. Pode dar-se em diversos ambientes, como na escola, na família e no trabalho.

A suposição que permite estabelecer a relação entre o processo de socialização e o comportamento político nos modelos de cultura política exige o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais objetivas não ocorrem em um estágio único, onde nenhum componente subjetivo intervém (KUSHCNIR & CARNEIRO, 1999, p. 228).

Nesse ponto, Almond e Verba discordam da teoria de Escolha Racional, ao afirmar que “as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais” (ibidem).

A metodologia principal que marca a abordagem da Cultura Política é a *observação etnográfica*, pois ela seria capaz de identificar as questões subjetivas que dão o significado ao comportamento individual em uma dada cultura. Os múltiplos códigos culturais para o estudo da sociedade ocidental não estariam limitados a regiões geográficas específicas ou certas instituições, mas partiriam do princípio que sociedade e indivíduo se reforçam mutuamente. Ou seja, indivíduo e sociedade não são entidades distintas. Nesse sentido, uma marca da metodologia culturalista é o uso de *surveys*. Tal ferramenta é considerada fundamental para se ter acesso às informações subjetivas nas abordagens de Cultura Política, e foi ficando cada vez mais acessível ao longo dos anos devido ao desenvolvimento dos computadores – o que aumentou em milhares de vezes as capacidades de processamento de dados. A Cultura Política coincide, ainda, com um cenário de forte valorização dos estudos de caráter nacional, fortalecidos no pós-Segunda Guerra Mundial. A Cultura Política passou a significar uma orientação subjetiva a um sistema político específico.

Tendo sido pensada para os sistemas políticos democráticos, não se pode, então, dissociar a ideia de Cultura Política de um modelo de comportamento para os regimes democráticos. Pode-se, então, perceber uma perspectiva também normativa. A *cultura cívica* é o termo utilizado por Almond e Verba (1963) para denominar a cultura política democrática surgida no ocidente. Sua obra, então, procura identificar como a cultura cívica é ou não absorvida nas sociedades contemporâneas. Mais especificamente, eles analisam Alemanha, Estados Unidos, Itália, México e Reino Unido.

Segundo Almond e Verba (1963), há diferentes tipos de Cultura Política, e eles se dão pelo cruzamento de duas dimensões: (i) a orientação em relação aos objetos políticos e (ii) o tipo de objeto político que tais orientações se destinam. No primeiro caso (i), há três tipos de orientação subjetiva para com os sistemas políticos: (1) orientação cognitiva. Diz respeito aos conhecimentos e crenças sobre o funcionamento do sistema político e o papel dos indivíduos e grupos sociais nesse sistema; (2) orientação afetiva. Trata-se do sentimento que o indivíduo tem para com os sistemas político e social; e (3) orientação avaliativa. São as ações individuais orientadas por valores que a combinação de sentimento, informações e conhecimento sobre os objetos políticos (ALMOND & VERBA, 1963, p. 14).

No caso dos objetos políticos (ii), os autores identificam quatro fatores de influência: (1) o sistema político como um todo; (2) estruturas que incorporem demandas individuais e coletivas; (3) estruturas administrativas e executivas com a função de atender as demandas coletivas e individuais; (4) o entendimento do indivíduo como ator político.

Mostradas as influências, os autores apresentam, então, os três tipos ideais de Cultura Política por eles identificados, que são: (a) a cultura política paroquial. Característica das sociedades mais simples, onde não há diferenciação entre autoridades políticas e religiosas. A participação individual é baixa, e há visão limitada sobre a incorporação e resposta das demandas individuais e coletivas pelas estruturas; (b) a cultura política sujeita¹⁶. Trata-se daquela cultura onde os indivíduos direcionarão a sua atenção e demandas às estruturas administrativas e executivas com a função de dar a resposta às demandas individuais e coletivas. Existe certa participação, mas não é total; e (c) a cultura política participativa. É aquela de maior grau de participação individual, onde as avaliações, sentimentos e percepções a respeito do sistema político estão distribuídos de forma equânime entre as estruturas de *input* e *output*. Há uma orientação direta em direção a um papel mais participativo (ALMOND & VERBA, 1963 e KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999).

¹⁶Compreendida aqui não como em relação ao sujeito, indivíduo, mas em relação ao ato de sujeitar-se. Original em inglês: *Subject Political Culture*.

De acordo com os autores originais, os três modelos de Cultura Política não são excludentes, e podem se combinar, podendo sistematicamente ser divididas em (1) modelo paroquial-sujeito; (2) modelo sujeito-participativo; e (3) modelo paroquial participativo. A democracia seria mais estável em sistemas de caráter participativo, mas mediados por elementos das culturas políticas paroquial e sujeita. Esse modelo é o que os autores classificam como o de *cultura cívica*, onde estrutura e Cultura Política são congruentes.

Almond e Verba (1963) procuraram desenvolver um modelo que relacionasse as perspectivas micro e macro da política, buscando compreender as motivações subjetivas perante as instituições políticas. Contudo, ainda que tenha uma natureza multidisciplinar, a Cultura Política acabou ficando mais voltada à sua aplicação na Ciência Política, pela facilidade de quantificar a relação indivíduo e regimes democráticos. Ser sua principal área de atuação não quer dizer que ficou ausente de críticas na área.

Nos países que passaram por regimes autoritários, os estudos de cultura política voltaram-se para análises da presença e difusão de valores democráticos na sociedade. No caso específico da transição latino-americana, várias pesquisas tiveram como foco o processo de transição político-institucional e as mudanças (ou não) de atitude frente à democracia. Buscou-se investigar a presença de valores e condutas consoantes com os fundamentos sociais e civis deste sistema, no sentido que a tradição da cultura cívica dá a esses valores e condutas: tolerância política, social e civil, crença na eficácia da participação política e adequado reconhecimento dos direitos civis e políticos (DIAMOND *apud* KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, p. 232).

Ainda que tidos como minoritários dentro da Ciência Política, houve o desenvolvimento de modelos que buscavam analisar características de função, organização e constituição das instituições políticas partindo de variáveis socioculturais. O suposto básico que guiou os estudos de Cultura Política era que valores e normas culturais em nível individual são importantes nos resultados macro dos sistemas políticos. Dentre as críticas recebidas por Almond e Verba (1963) estão o processo utilizado pelos autores para a construção das tipologias de sistemas políticos e a falta de clareza da relação entre cultura política e instituições públicas. As respostas culturalistas teriam sido as análises das novas democracias onde não houve um acompanhamento das

socializações, gerando sistemas mais instáveis e de baixa legitimidade (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999).

Os atuais estudos estariam concentrados em analisar a relação entre valores e atitudes e os sistemas político e social, com foco também para as análises de consolidação democrática e performance das instituições democráticas. Nesse cenário, é relevante destacar a obra de Putnam (1996), que trabalha com uma análise das instituições públicas na Itália. Nesse estudo, o autor chega à conclusão que o bom desempenho das instituições públicas locais estava ligado à existência ou não de organizações civis horizontais. Onde havia relações sociais verticais, observava-se a manutenção das relações de dependência e de patronagem.

Outro autor marcante da Cultura Política, Ronald Inglehart também contribuiu bastante para o desenvolvimento metodológico da abordagem, fazendo extensivos usos do método de *surveys* através do *World Values Survey*, organização presidida por ele. Inglehart (1990) procura colocar a relevância da Cultura Política como variável interveniente para explicar a relação entre desenvolvimento econômico e institucionalização democrática. Segundo ele,

diferentes sociedades são caracterizadas por graus muito diferentes de conjuntos específicos de atitudes; estas diferenças culturais são relativamente perenes, mas não imutáveis; e possuem importantes consequências políticas (INGLEHART, 1990, p. 15).

Inglehart (1990) critica a Escolha Racional e diz que seus estudos superam as abordagens prévias ao apontarem para interpretações em longo prazo e para efeitos cumulativos tanto de caráter econômico quanto político. Segundo ele, a realidade social é mais do que determinismos sociais ou modelos totalmente focados no indivíduo, como o dilema do prisioneiro. A empiria da política, cultura e economia poderia ser analisada através de análises transnacionais e longitudinais.

Inglehart (1990) afirma, então, que as expectativas explicativas da Escolha Racional são diferentes daquelas da Cultura Política, uma vez que a última considera variações nas orientações subjetivas do comportamento do indivíduo, refletindo as diferenças de socialização em cada sociedade. Segundo ele, a aprendizagem cultural

influencia o modo como os indivíduos agem, devido a predisposições cognitivas, avaliativas e afetivas e as diferentes tendências que formam nas sociedades. Tais tendências, ao serem persistentes, influenciam a mudança da estrutura social.

Considerações Finais

Apresentadas a Teoria da Escolha Racional e a Cultura Política, voltamos à nossa pergunta inicial: há possibilidade de convergência acadêmica entre as duas abordagens? Para responder a essa pergunta, faz-se relevante retomar o argumento de Simon (1985) sobre a aplicação da racionalidade humana na Ciência Política.

Há, segundo ele, duas formas de racionalidade encontradas na sociedade contemporânea, a psicologia cognitiva e a racionalidade econômica. Simon (1985) afirma que o homem político não é uma criatura de racionalidade substantiva e objetiva, e sim detentor de uma racionalidade procedimental e subjetiva. Sendo isso verdade, é de se esperar, ele afirma, que o princípio da racionalidade, entendido pelas teorias de racionalidade substantiva, terá muito pouco a explicar na explicação do fenômeno político. Sobre as abordagens racionalistas e seus teóricos, o autor afirma que

Autores que utilizam modelos de escolha racional nem sempre estão conscientes do alcance até onde suas conclusões são independentes das suposições desses modelos, mas dependem, ao invés disso, principalmente de hipóteses auxiliares. Igualmente, não se tira proveito tanto quanto se poderia dos conhecimentos dos mecanismos cognitivos encontráveis na literatura psicológica. Mas esses defeitos, se defeitos o são, são facilmente corrigíveis. [§] É também um bom presságio para o futuro de nossa ciência que trabalho empírico signifique tanto o estudo da massa social, cujo comportamento é registrado em estatísticas públicas, quanto o estudo dos atores individuais nos níveis microscópico e cara-a-cara da entrevista e da eleição (SIMON, 1985, p. 300).

Ele continua, e afirma que a lição metodológica que ele pretende trazer é que os modelos políticos trazem pouca atenção sobre quais considerações, dentre várias possíveis, vão de fato influenciar as deliberações antes das ações. Segundo ele, é necessário que se entenda as condições que predispõem os indivíduos a ações impulsivas que não levam em consideração a realidade potencialmente relevante. Haveria três mecanismos para que se entenda essas condições, sendo eles (1) a natureza

do mecanismo de atenção, uma vez que há um limite para a quantidade de informações que o ser humano pode lidar ao mesmo tempo; (2) o papel da incerteza, já que a falta de informação e dados concretos é uma realidade em quase todos os processos de tomada de decisão; e (3) o processo pelo qual novas maneiras de se ver a situação são trazidos ou gerados, ao se analisar de onde vem as referências dos pensamentos dos atores (idem, pp. 301-3).

Suas conclusões afirmam que (1) a aplicação de estudos da Escolha Racional não deve servir de desculpa para o não uso de um trabalho empírico comprobatório, tanto no nível macro quanto no micro e (2) que suas pesquisas referentes ao direcionamento da atenção, definição da situação e processo de geração de novos mecanismos estão entre os alvos principais das pesquisas em Ciência Política. A análise de Simon (1985) termina afirmando que, a não ser que seja acompanhado de extensa pesquisa empírica a fim de identificar os supostos auxiliares corretos, o princípio da racionalidade teria pouco poder para fazer previsões válidas acerca do fenômeno político.

Logo, podemos ver uma necessidade que os estudos de Escolha Racional têm que enfrentar para se tornarem empiricamente mais relevantes, pela perspectiva de Simon. Nossa proposta nesse artigo é que a Cultura Política pode trazer a lacuna que a Escolha Racional tem, a fim de complementá-la, e que uma não quer dizer a eliminação da outra. A teoria da Escolha Racional pode abarcar a Cultura Política ao considerar que os elementos culturais podem significar elementos de uma racionalidade distinta. Ou seja, uma vez que a racionalidade depende do ambiente e pode variar, a Cultura Política, recolhida através de *surveys* subjetivos, poderia ajudar na compreensão não apenas das diferentes racionalidades em sociedades distintas, mas como cada indivíduo se porta sob diferentes ambientes. E há elementos que indicam uma proximidade nesse sentido.

Ferojohn e Pasquino (2001) afirmam que o desejo e a crença são fundamentais para a Escolha Racional. Segundo os autores, a Escolha Racional os toma como pré-definidos. Uma análise de *surveys* como a proposta por Simon (1985) poderia complementar essa visão, mostrando sob qual ambiente e qual desejo e crença determinadas escolhas são consideradas racionais. Tal pesquisa poderia até mesmo

contribuir na explicação dos casos desviantes, onde haveria a opção pela adoção de um comportamento irracional ou não-racional.

Outro ponto de proximidade observável entre as duas abordagens é a força do normativismo. Ao ser um modelo de comportamento para os regimes democráticos, segundo Kuschnir e Carneiro (1999), a Cultura Política acaba tomando, também, uma posição normativa. Segundo os autores, “em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da idéia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas” (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, p. 230). Nesse ponto, portanto, acaba se aproximando à força da Escolha Racional para as considerações do tomador de decisão, conforme nos trouxe Ferejohn e Pasquino (2001), sobre o peso da racionalidade instrumental e seu valor normativo.

Contudo, dentre os autores tratados aqui, aquele que traz a maior possibilidade de diálogo entre a Escolha Racional e a Cultura Política é Inglehart (1990). Ele afirma que a Cultura Política traz a possibilidade de variações na orientação do indivíduo, não toma como dadas as preferências. Segundo o autor, isso seria devido à diferença nas socializações. Dentre as áreas de maior desenvolvimento da Escolha Racional nos últimos anos, segundo Green (2002), está a inclusão da variável da incerteza no ambiente decisório do ator. Ademais, o argumento de Inglehart pode demonstrar a existência de uma diferente racionalidade, ou mesmo que o ator agiu de forma não racional, o que não necessariamente quer dizer que a racionalidade não exista. Logo, admitir variações no comportamento do indivíduo pode ser compatível com a Escolha Racional, desde que a teoria admita também os novos pressupostos que a racionalidade é variável.

Ainda segundo Inglehart (1990), a Cultura Política admite que, para o indivíduo, o aprendizado importa, valorizando a socialização. Waltz (1979) afirma que a socialização reduz a variedade, ao trazer os membros de um grupo a se conformarem às normas. Segundo Waltz (1979), os Estados aprendem uns com os outros, por seus erros e acertos, e tendem, assim, a copiar as ações daqueles que obtiveram mais sucesso. Ou seja, os atores copiam aqueles bem sucedidos a fim de repetir o seu sucesso. Podemos entender isso tanto reafirmando o ponto da Escolha Racional (o ator escolhendo aquela ação que lhe trará maior ganho) quanto da Cultura Política (o aprendizado foi

importante, nem que seja para mostrar qual o caminho para trazer o maior ganho). Aprender pode ser sinal de racionalidade, ao se copiar aquela situação que traz mais benefícios sob determinado ambiente. Logo, o que Inglehart (1990) coloca como aprendizado como reflexo das predisposições cognitivas, avaliativas e afetivas pode ser nada mais do que a adoção de um comportamento racional de copiar o modelo de ação mais bem sucedido. As diferenças de comportamento observadas nas sociedades poderiam ser explicadas, sob essa lógica, devido a diferentes racionalidades em cada local, uma vez que a racionalidade pode ser explicada tanto em questões subjetivas ou objetivas.

Outro ponto que merece ser notado, e que serve como um bom exemplo à agenda de pesquisa da Cultura Política, é o fato da Escolha Racional ter evoluído da análise puramente do indivíduo para considerar como unidade de análise qualquer unidade capaz de tomar decisão. Tomar isso como suposto pode contribuir para que a Cultura Política não se restrinja apenas à Ciência Política, podendo até mesmo se adaptar a fim de explicar interações entre outras formas de unidades, como nas Relações Internacionais.

Parece-nos, portanto, que, muito mais do que abordagens concorrentes, a Escolha Racional e a Cultura Política podem abrir uma frente de diálogo muito maior do que a que atualmente existe. Ambas sairiam ganhando ao aumentarem a sua capacidade analítica e poder de previsibilidade. Basta que, para isso, dispam-se de suas vaidades temáticas e aceitem os bons pontos que cada um dos lados tem para contribuir.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel. *The intellectual history of the civic culture concept*. The civic culture revisited. London: Sage, 1980, p. 1-36.

_____; VERBA, Sidney. *An approach to political culture*. The civic culture. Princeton: Princeton University Press, 1963.

_____. *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, Sage, 1989.

ANDRADE, S. P.; TOLFO, S.; DELLANGELO, E. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. In: *RAC - Rio de Janeiro*, v. 16, n. 2, art. 2, pp: 200-16, Mar/Abr 2012.

BILL, James A.; HARDGRAVE JR, Robert. Political Culture and Socialization. In: *Comparative Politics – The Quest for Theory*. Columbus, Charles Merryl, 1973.

DEMAR, Gary. Behaviorism. In: DEMAR, GARY. *Surviving College Successfully: A Complete Manual for the Rigors of Academic Combat*. Primero Resources, Wolgemuth & Hyatt Publishers, Inc., 1989. Disponível em: [http://www.forerunner.com/forerunner/X0497_DeMar_-_Behaviorism.html]. Acesso em 01/08/2010.

ELSTER, John. *Rational Choice*. Oxford: Basil Blackwell. 1986.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16 no 45 fevereiro/2001.

GERRING, John; YESNOWITZ, Joshua. A Normative Turn in Political Science? In: *Polity*. Volume 38, Number 1. January 2006. Disponível em: [<http://sws.bu.edu/jgerring/documents/NormativePolity.pdf>], 01/08/2010.

GREEN, Steven L. *Rational Choice Theory: An Overview*. Prepared for the Baylor University Faculty Development Seminar on Rational Choice Theory. May, 2002. Disponível em: [http://business.baylor.edu/steve_green/green1.doc]. Acesso em 05/08/2010.

INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in advanced industrial society*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

JAROS, Dean e GRANT, Lawrence V. *The Logic of Political Behaviorism. In Political Behavior – Choices and Perspectives*. New York, St. Martin, 1974, pp: 5-25.

KARIITHI, Nixon. New Institutionalism. In: MICHIE, Jonathan (ed) *Readers Guide to the Social Sciences*, London: Fitzroy Dearborn Publishers, March 2001: 373-7.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999. Disponível em: [<http://migre.me/13eUI>]. Acesso em 06/08/2010.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. Leaving Theory Behind: Why Hypothesis Testing Has Become Bad for IR. *Faculty Research Working Paper Series*, Harvard Kennedy School, January 2013.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965.

POLSBY, Nelson W.; DENTLER, Robert A.; SMITH, Paul A. *Politics and Social Life*. Boston: Houghton Mifflin, 1963, pp: 1-14.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia – A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 1996.

PYE, Lucian. The Behavioural Revolution and the Remaking of Comparative Politics. In GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SCOTT, John. Rational Choice Theory. In: BROWNING, G.; HALCLI, A.; WEBSTER, F. (eds). *Understanding Contemporary Society: Theories of The Present*. Stage Publications, 2000. Disponível em: [http://privatewww.essex.ac.uk/~scottj/socscot7.htm]. Acesso em 01/08/2010.

SIMON, Herbert A. A Behavioral Model of Rational Choice. In: *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 69, No. 1. (Feb., 1955), pp. 99-118. Disponível em: [http://www.master-ape.ens.fr/wdocument/master/cours/ecth13/Simon%201955.pdf]. Acesso em 01/08/2010.

_____. Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. In: *The American Political Science Review*, Vol. 79, No. 2. (Jun., 1985).

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. 1835 (original). Traduzido em inglês por REEVE, Henry. Acesso em 06/08/2010. Disponível em: [http://ebooks.adelaide.edu.au/t/tocqueville/alexis/democracy/].

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

Sites da Internet:

World Values Survey [http://www.worldvaluessurvey.org/]. Acesso em 01/08/2010.

Recebido em 30 de julho de 2013

Aprovado em 15 de agosto de 2013